

Economia - Brasil

ESTADOS

Rafael Neddermeyer/AE

'Política econômica não mudará', avisa Rebelo

Ministro da Coordenação Política trabalha para administrar articulação de governadores e acalmar insatisfeitos

CHRISTIANE SAMARCO
e EUGÉNIA LOPES

BRASÍLIA - Primeiro comunista a ganhar um gabinete no Palácio do Planalto desde o fim da ditadura militar, o ministro da Coordenação Política, Aldo Rebelo (PC do B), é um dos maiores defensores da política econômica conduzida pelo ministro Antônio Palocci: "Não mudou, não muda e não mudará." A afirmação, no momento, tem endereço certo: os 27 governadores que em sua maioria defendem mudanças nos rumos da economia e se preparam para grande reunião amanhã em Brasília.

Exatos 93 dias depois de assumir seu posto, Rebelo trabalha para administrar uma poderosa articulação de governadores de todos os partidos. "Mas não há perspectiva de incêndio nem de exaltação de ânimos", apossta. Ao longo de toda a semana ele operou para acalmar os governadores insatisfeitos.

"Os governadores são lideranças maduras do País e temos a absoluta consciência de que esse ambiente de cooperação e de entendimento terá continuidade. Eles apresentarão suas reivindicações legítimas. O que tenho registrado é o desejo dos governadores na liberação de recursos públicos para seus Estados e isso, naturalmente, está recebendo um cuidado especial do governo", diz o ministro.

Rebelo argumenta que a atual política econômica permite a queda da taxa de juros, da inflação, a recuperação do crescimento, a geração de empregos e a distribuição de renda. E rechaça a crítica de que Lula está apenas dando continuidade à política econômica do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. "Não estamos continuando a política econômica que gerou o maior déficit em balança comercial da história do País. Em dois anos, nós conseguimos o maior superávit comercial da história. Fernando Henrique deixou o País à beira do abismo inflacionário e nós estamos recuperando as taxas de inflação mais baixas de todos os tempos. Ele deixou o Brasil com uma taxa de juros que assombrava os investidores e gerava pânico nos consumidores e, hoje, os juros estão no nível mais baixo dos últimos 10 anos."

Varejo - Para conter as insatisfações da base aliada e também de governadores, Rebelo atuou na equipe econômica para permitir a liberação, na terça-feira, de R\$ 213 milhões para aten-

der a emendas dos parlamentares ao Orçamento do ano passado, os chamados restos a pagar. E a promessa, para esta semana, é de liberação de mais R\$ 300 milhões para projetos atendidos pelas emendas ao Orçamento deste ano.

Rebelo aposta que as verbas, aliadas à decisão do governo de reduzir drasticamente a edição de medidas provisórias, serão suficientes para garantir a votação dos projetos de interesse do governo até junho, quando os parlamen-

tares se voltam para as eleições municipais.

Quanto à denunciada paralisação no governo, o ministro é taxativo ao negar que haja crise de governabilidade. "O presidente Lula está no pleno comando das ações do governo. As instabilidades passageiras

acontecem, são um fenômeno inevitável em uma sociedade carregada de desequilíbrios regionais, sociais e econômicos".

A queda popularidade de Lula, registrada nas últimas pesqui-

sas, pode ser explicada, na opinião de Rebelo, pelo fato de o governo ter sido obrigado a

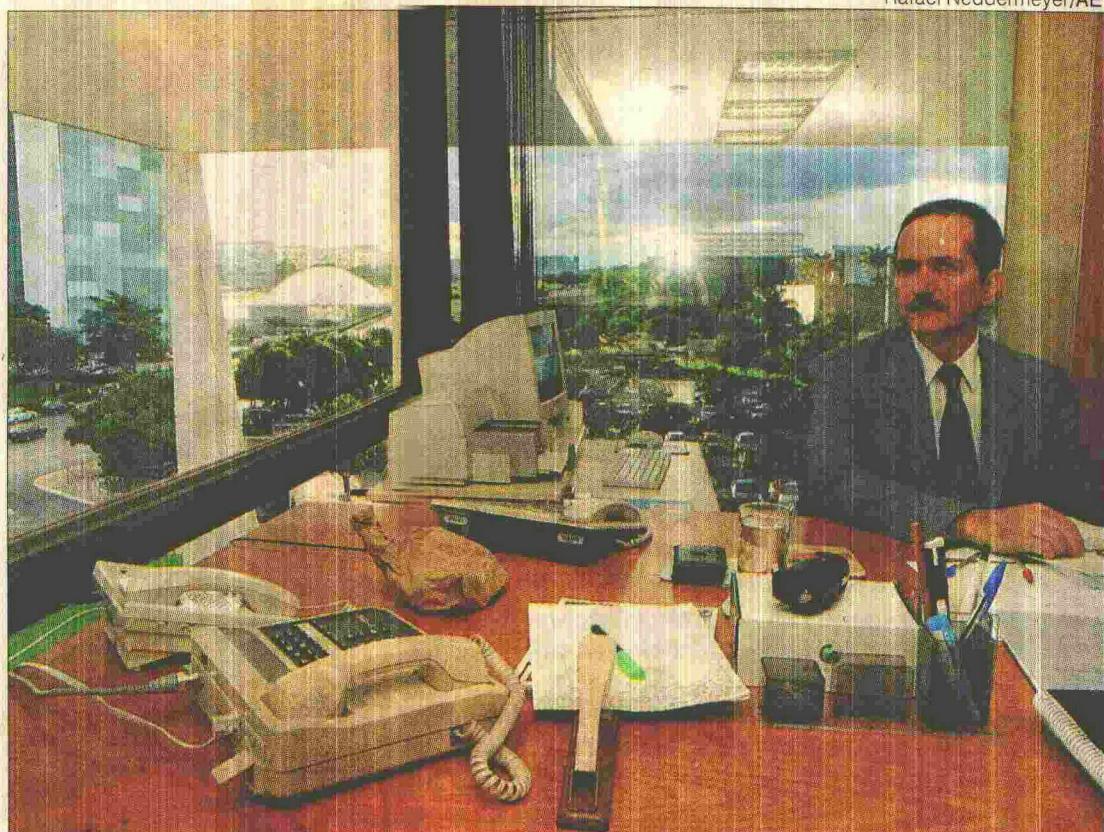
realizar um grande esforço de ajuste das contas públicas. "Os indicadores econômicos levavam o País para uma situação insustentável e esses problemas serão superados, inclusive os índices de aprovação do governo nas pesquisas, com a retomada do crescimento da economia, que já teve início, com a geração de empre-gos e a distribuição de renda."

Dirceu - Rebelo garante que seu antecessor na articulação política do governo, o ministro da Casa Civil, José Dirceu, está plenamente dedicado a suas funções de coordenação da gestão do governo, mas não deixa de fazer política. "O ministro Dirceu destacadamente tem uma função política no governo e tem me dado uma ajuda muito importante. O presidente Lula não recomendou a nenhum ministro que não tivesse função política. Mas ninguém pode, em sã consciência, pedir ao ministro Dirceu que não tenha papel político porque isso seria uma perda para o governo e para o País."

Rebelo repele as reclamações dos aliados contra o governo, afirmindo que o governo está implementando uma novidade na liberação das emendas de parlamentares. "Esse é primeiro governo que faz isso em abril." Sobre a distribuição de cargos entre aliados, justifica que todo governo de coalizão "pressupõe o apoio de uma frente heterogênea de partidos e sua participação no governo".

Controle ético - "Não vejo necessidade de criar mecanismos adicionais de controle ético (para os indicados do PMDB e PP, como quer a esquerda do PT)", disse o ministro ao comentar a sugestão do controle feita pelo deputado Chico Alencar (PT-RJ). "Os critérios éticos estabelecidos para as nomeações pelo governo valem para todos os partidos sem exceção."

Rebelo está convencido também de que o governo age corretamente em relação às invasões promovidas pelos sem-terra. "O governo vai prosseguir nesse esforço com a condição de que a reforma agrária só pode ser realizada dentro da lei. Não há reforma agrária acima nem fora da lei. Tentar fazer a reforma agrária acima e fora da lei retira a coesão social e política necessária a realização desse objetivo."



Rebelo: "Ninguém pode, em sã consciência, pedir ao ministro Dirceu que não tenha papel político"

O presidente está no pleno comando das ações do governo. As instabilidades passageiras acontecem

Aldo Rebelo